



## China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas

C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

#### Senhores Acionistas,

A Administração da China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" ou "Banco" submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil "Bacen".

As Demonstrações Financeiras consolidadas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.br.ccb.com](http://www.br.ccb.com).

#### A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

#### Ambiente Econômico

Ao fim de 2017, o aumento da confiança no Brasil estava ratificado nos indicadores econômicos, consolidando a percepção de que a severa recessão iniciada em 2014 encerrara o seu ciclo. Com efeito, os fundamentos econômicos, com o passar dos meses de 2017, foram gradualmente convergindo para patamares apreciáveis de uma economia estável, pavimentando uma rota de crescimento para períodos vindouros.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou 2017 em 2,95%, a menor inflação anual do País desde 1998. Os bons resultados da safra agrícola puxaram para baixo os preços da maioria dos alimentos, o que contribuiu para desacelerar a inflação. A taxa básica de juros (Selic) foi progressivamente reduzida situando-se ao término de 2017 em 7,0% a.a..

Com produção de cerca de 240 milhões de toneladas de grãos e crescimento acima de 30% em relação à safra do ano anterior, o ano de 2017 terminou com resultados recordes na agricultura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Os efeitos reverberaram em cadeia: a boa colheita aumentou a oferta de produtos permitindo queda de preços dos alimentos para o consumidor, incremento da exportação de produtos agrícolas; além de impulsionar a participação da agricultura no PIB do país, como reflexo do aumento da demanda de bens, emprego e renda no campo.

A indústria deu sinais de retomada consistente, com crescimento disseminado em diversos setores, após três anos consecutivos de queda. De acordo com o IBGE, a produção industrial aumentou 2,5% em 2017, tendo sido registrados sinais positivos em 19 dos 26 ramos pesquisados.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,09 trilhões em dezembro de 2017, recuo de 0,64% em doze meses. Em sentidos opostos, o crédito com recursos livres expandiu 1,72% no ano e somou R\$ 1.582,7 bilhões enquanto que o crédito direcionado recuou 3,00% no período e totalizou R\$ 1.503,0 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 47,10% comparativamente a 49,6% no final de 2016.

A taxa de câmbio apresentou baixa volatilidade no decorrer do ano. A cotação ao fim do exercício foi de R\$ 3,31/US\$ ante R\$ 3,26/US\$ em 2016.

Em 2017, a balança comercial brasileira registrou superavit recorde de US\$ 67,00 bilhões, saldo superior aos US\$ 47,68 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 217,75 bilhões (US\$ 185,24 bilhões em 2016) enquanto que as importações atingiram US\$ 150,75 bilhões (US\$ 137,55 bilhões em 2016).

O comércio do Brasil com a China também foi recorde em 2017. O saldo comercial, o maior da série histórica, foi de US\$ 20,17 bilhões, as exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 47,49 bilhões e US\$ 27,32 bilhões.

Notoriamente, a redução da inflação e da taxa de juros; o avanço do PIB em trajetória positiva, como reflexo da melhora da atividade doméstica progressivamente disseminada entre os setores, e a expansão do comércio exterior, permitem vislumbrar 2018 como um ano de oportunidades para o Brasil e resiliência frente aos desafios.

#### Estratégia Empresarial

Desde o início das atividades do CCB Brasil, em 29 de agosto de 2014, a Administração focou seus esforços na integração da subsidiária brasileira à rede ampla e global do CCB (China Construction Bank Corporation), assumindo o controle de atividades e garantindo uma gestão de riscos mais prudente. Esses esforços, gradualmente têm resultado numa operação mais estável e num perfil de risco reduzido, tanto para o Banco quanto para os clientes.

Em agosto de 2017, o Banco entregou ao Bacen o Plano de Negócios e Estratégia de longo prazo, para os exercícios fiscais de 2017-2021.

A Síntese do Plano leva em consideração os seguintes fatores: (i) as oportunidades do mercado brasileiro; (ii) o comprometimento de longa duração da China com a economia brasileira; (iii) o respeito às culturas binacionais; (iv) as conquistas e principais lições aprendidas nos últimos três anos e, (v) o inegável valor de nossa Instituição Financeira associado ao peso de nossa Marca.

Para os próximos cinco anos, foi estabelecido o desafio de transformar o Banco em uma nova instituição, com visão clara de que será a escolha mais adequada para apoiar a rede criada pelo corredor de investimentos e negócios entre Brasil e China.

Com o Brasil emergindo de uma recessão econômica, e já apresentando sinais de retomada de suas atividades, o Grupo Controlador reitera o compromisso de longo prazo com a economia do País, aliado a forte confiança nas oportunidades que o mercado brasileiro oferece para o CCB de forma global.

Com base nos fatores supracitados, o Banco analisou os principais setores da economia brasileira, visando identificar quais deles são mais atrativos, valendo-se das macro-tendências setoriais, o âmbito da corrente comercial Brasil e China e a pauta de investimentos da China no Brasil.

Emergem, como principais objetivos do Plano Estratégico: 1) reposicionar o Banco no mercado fazendo uso de seu principal diferencial competitivo: a sua representatividade no corredor Sino-Brasileiro com ênfase nos

segmentos Corporativos; 2) Buscar crescimento focado em setores como energia, óleo e gás, mineração, agronegócio e bens industrializados; 3) diversificar a carteira de clientes, buscando priorizar empresas com faturamento anual entre R\$ 500 milhões e R\$ 5,0 bilhões e, 4) desenvolver produtos para o segmento Corporativo.

#### Aumento de Capital

Visando suportar as carteiras operacionais do Banco e capitalizá-lo para períodos vindouros, em que almeja expandir as suas atividades, em 26/10/2017, a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou o aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração, no valor de R\$ 1,258 bilhão. Tal aumento foi homologado pelo Bacen em 12/12/2017, passando o índice de Basileia a situar-se no patamar 28,52% e o nível 1 em 18,28%.

Iniciativas de melhorar a estrutura de capital do Banco foram tomadas ainda no fim de 2016, quando o CCB Brasil emitiu US\$ 70 milhões de Dívida Perpétua "Perpetual Bonds Issue". Em 10 de abril de 2017, o Bacen deferiu a referida captação como elegível ao cálculo do capital de Nível 1.

#### Estrutura Física

No decorrer de 2017, em aderência ao Plano Estratégico, o Banco adequou a estrutura física de sua franquia objetivando: (i) eficiência operacional, obtenção de uma melhor correlação entre o volume de suas receitas proporcionadas por suas carteiras atuais e futuras, com a estrutura administrativa e seus custos associados e (ii) proximidade com o mercado alvo, definido por empresas de maior faturamento e com perfil *corporate*, em substituição ao modelo anterior que priorizava empresas de médio porte.

No encerramento do exercício de 2017, a rede de atendimento estava composta por nove pontos de atendimentos (ante 37 em anos precedentes) e 398 funcionários (595 em 2016).

#### Resultado do Exercício

Fruto dos equacionamentos adotados e das medidas finais de ajuste no valor dos seus ativos, o CCB Brasil encerrou o exercício de 2017 com resultado líquido negativo de R\$ 749,6 milhões (ante R\$ 353,4 milhões em 2016). O resultado engloba: (i) os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados no montante de R\$ 317 milhões e novos créditos apurados e não ativados durante o exercício, no montante de R\$ 205,1 milhões e (ii) as despesas administrativas e de pessoal não recorrentes, associadas à readequação da nova estrutura física implementada.

No encerramento de 2017, as operações de crédito alcançaram R\$ 7.207,4 milhões, recuo de 1,8% ante o portfólio de R\$ 7.341,9 milhões do ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui avais e fianças prestadas, é de R\$ 8.663,7 milhões (R\$ 9.063,8 milhões em 2016).

O total das captações atingiu R\$ 12.182,8 milhões, volume praticamente estável em relação aos R\$ 12.313,6 milhões obtidos em 2016. A Matriz provê recursos à Subsidiária conforme sua necessidade operacional; no fim de 2017, estes recursos representavam 54,8% da captação.

Decorrente do aumento de capital, ao término de 2017, o patrimônio líquido do Banco atingiu R\$ 1.788,8 milhões e o índice de Basileia situou-se em 28,52% e o Nível 1 em 18,28%.

#### Novos Integrantes do Conselho de Administração

A AGE de 30 de junho de 2017 elegeu novos membros indicados pelo Acionista Controlador para compor o Conselho de Administração do Banco. A nova estrutura, homologada pelo Bacen em 11 de dezembro de 2017, está composta pelo presidente Sr. Xilai Feng e os cinco conselheiros, Sr. Xi Zhang (também CEO do CCB Brasil), Sr. Fanggen Liu, Sr. Qiuyue Fang, Sr. Daniel Joseph McQuoid (Conselheiro Independente) e Sr. Heraldo Gilberto de Oliveira (Conselheiro Independente).

#### e-Banking

Em novembro de 2017, o CCB Brasil lançou o seu novo e-Banking nos idiomas português e inglês. O canal de atendimento foi aprimorado para que o Cliente realize em ambiente interativo e seguro suas transações online como: movimentação de conta-corrente, agenda de pagamentos, transferências eletrônicas e consulta de suas carteiras de empréstimos, investimentos, serviços, além de cotar e fechar operações de câmbio.

#### Resgate das Ações Remanescentes

Em 22 de dezembro de 2017, por meio de uma AGE, foi autorizado o resgate da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia que remanesceram em circulação no mercado, após a conclusão da oferta pública unificada para aquisição de ações ("OPA"). O Banco Bradesco foi a instituição financeira contratada para realizar o pagamento aos acionistas das ações resgatadas, conforme aplicável pela Lei das Sociedades por Ações e Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O valor pago por ação de R\$ 10,75 consistiu no Preço da Opção II de R\$ 7,30, na data do fechamento da operação de aquisição da Companhia pelo atual acionista, em 29 de agosto de 2014, corrigido pela variação da Taxa Selic até a data do depósito do resgate, em 26 de dezembro de 2017. Os acionistas então remanescentes, que detinham as ações BICB3 e BICB4, tiveram disponível o pagamento de resgate de suas ações a partir de 04 de janeiro de 2018, nas agências do Banco Bradesco em todo o território nacional.

Concluído o processo de resgate de ações remanescentes, conhecido por "squeeze out", o Grupo China Construction Bank Corporation passou a deter integralmente as ações da subsidiária CCB Brasil.

#### Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.254,5 milhões, o que representa 15,0% do total de títulos e valores mobiliários.

#### Considerações Finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2018).

























→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO 2017**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**m) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos**

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2017
Mercado futuro - dólar	2.209 (27.050)	(189.492)
Resultado de câmbio	44.856	70.572
Swap - dólar	(30.462)	54.154
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	27.584	(33.902)
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	54	(13.248)
Termo de moeda - dólar	1.688	4.340
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	245	796
Operações de crédito	(1.731)	683
Variação cambial depósito em garantia no exterior	(81)	(81)
<b>Total</b>	<b>44.362</b>	<b>56.264</b>

**29. Acordo da Basileia**

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,25% mais o adicional de capital principal de 1,25% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

	Basileia III	Basileia III
	Dezembro/17	Dezembro/16
Patrimônio de Referência Nível I	1.454.212	472.315
- Capital Principal	1.222.652	336.303
- Bônus Perpétuo (*)	231.560	136.012
Patrimônio de Referência Nível II	814.779	905.331
- Dívida Subordinada	814.779	905.331
<b>Patrimônio de Referência - Prudencial</b>	<b>2.268.991</b>	<b>1.377.646</b>
Risco de Crédito	620.810	830.411
Risco de Mercado	44.635	9.290
Risco Operacional	70.541	62.158
<b>Ativos Ponderados pelo Risco - RWA</b>	<b>735.986</b>	<b>901.859</b>
Índice de Basileia (%)	28,52	15,08
Índice de Capitalização Nível I (**)	18,28	5,17
Índice de Capitalização Nível II	10,24	9,91

Em Dezembro/16: (\*) Parte do Bônus Perpétuo no montante total de R\$ 228.145 (US\$ 70 milhões), emitidos em 29 de dezembro de 2016.

(\*\*) Se considerado no cálculo o aumento de capital integralizado pela Controladora em 28 de dezembro de 2016, o índice seria de 6,89% (vide nota 26a).

**30. Avas e Fianças prestadas**

a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.456.414 (Dezembro/16 - R\$ 1.721.806) e apresentam a seguinte concentração:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	Dezembro/17	Dezembro/16
Maior tomador de fiança	201.263	13,82
10 Maiores fianças	742.437	50,98
20 Maiores fianças	992.170	68,12
50 Maiores fianças	1.290.149	88,58

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 152.863 (Dezembro/16 - R\$ 104.815), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 22).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 43.075 (Dezembro/16 - R\$ 7.782) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN (nota 7a).

**31. Estrutura de Gerenciamento de Risco**

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Sociocombaciais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende à Resolução nº 4.557/17 do CMN. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento à Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988/11 do CMN. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do CMN, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327/14 do CMN também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Sociocombaciais. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo à Resolução nº 4.557/17 do CMN, todavia para este exercício atende às Resoluções CMN nºs 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 3.988/11 e 4.090/12, que serão por ela substituídas.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	Xilai Feng (*)
Membros do Conselho:	Xi Zhang Fanggen Liu (*) Qiuyue Fang (*) Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

DIRETORIA	
Diretor Presidente:	Xi Zhang
Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Hong Yang Mito Bardini Paulo Celso Del Ciampo
Diretores:	Carlos José Roque Francisco Edênio Barbosa Nobre

COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid

(\*) Tornaram posse em 11 de janeiro de 2018.

Contador - Fábio José Mazzetto Said - CRC 1SP264988/O-8

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3(e.4), 7 e 8) - Banco e Consolidado

A determinação do valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira de contraparte, os níveis de inadimplência, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2.682.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Analisamos os critérios utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e nos atrasos das operações. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3(e.4), 7 e 8) - Banco e Consolidado

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam: (i) da integridade da base de dados e sistemas subjacentes, (ii) concessão de crédito e a respectiva análise e monitoramento do risco do devedor, incluindo contratos renegociados, (iii) confronto entre os valores apurados de provisão para créditos de liquidação e os valores contabilizados e (iv) processos estabelecidos pela Administração para cumprimento das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como para as divulgações em notas explicativas.

Analisamos os critérios utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e nos atrasos das operações. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Analisamos os critérios utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e nos atrasos das operações. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

continua →



→ continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Créditos tributários (Notas explicativas 3(g) e 27)  
Banco e Consolidado**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. No exercício de 2017, foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, para os quais não há expectativa de realização no prazo de até 10 anos, conforme previsto pela Resolução CMN nº 3.059.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram o entendimento do processo de aplicação e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

**Ambiente de tecnologia da informação**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar no processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos, pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

**Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 28 de março de 2017, antes dos ajustes descritos na nota explicativa 2(c).

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2(c), que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



**PwC**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 21 de março de 2018

**Luís Carlos Matias Ramos**  
Contador - CRC 1SP171564/O-1

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2017**

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB é instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição, conforme indica o relatório de auditoria dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório foi sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

Conforme a nota explicativa 2 (c), foi realizado ajuste nas demonstrações financeiras de 2016, apresentadas comparativamente, relativamente ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros na aquisição da subsidiária CCB Financeira.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas auditadas, referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2017, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 20 de março de 2018

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira  
Presidente

Walter M. Machado de Barros

EM UM CENÁRIO ECONÔMICO  
CADA VEZ MAIS DESAFIADOR, DECIDA PELO DCI.

Acesse: [dci.com.br/publicidadelegal](http://dci.com.br/publicidadelegal)

DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.

Ligue: 11 5095-5300

**DCI**  
Diário  
Comércio  
Indústria  
& Serviços